

A semana em Brasília

6 a 10 de maio

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Transferência da Junta Comercial do Distrito Federal. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 861/2018 que trata da transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Criação de Empresa Pública. NAV Brasil S.A. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 866/2018 que autoriza o Poder Executivo federal a criar a empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), com objetivo de implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Licitações. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.292/1995 que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Regulamentação da Atividade de Lobby. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.202/2007 que disciplina a atividade de lobby e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões

Comissão de Minas e Energia (“CME”)

Audiência Pública. Eletrobrás. A CME realiza em 7 de maio, às 10 horas, audiência pública para debater a modelagem da privatização da Eletrobrás, e a reestruturação societária da Eletrobrás/Eletrosul pela Eletrobrás/CGTEE. Para a audiência, foi convidado o senhor Wilson Ferreira Junior (presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS).

Já em 8 de maio, a CME realiza às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Entidades Sindicais. Participação nos Lucros ou Resultados. O Projeto de Lei nº 3.561/2015 torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens. O relator do projeto é o deputado Wellington Roberto (PR-PB). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (“CINDRA”)

Audiência Pública. Recursos Hídricos. A CINDRA realiza em 7 de maio, às 14 horas, audiência pública para debater a defesa da água no Brasil e o marco de um ano da realização do Fórum Alternativo Mundial da Água. Para a audiência, foram convidados os senhores Thiago Ávila (organizador do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA), Alexandre Bahia Gontijo (membro do Movimento Maré Socioambiental), Iury Paulino (coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB) e um representante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“CMADS”)

Audiência Pública. Agrotóxicos. A CMADS realiza em 7 de maio, às 14 horas, audiência pública para debater os resultados da reavaliação toxicológica do glifosato realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Para a audiência, foram convidados os senhores Daniel Roberto Coradi de Freitas (coordenador da ANVISA), Reginaldo Minaré (consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA), Flávio Zambrone (especialista da Força Tarefa de Reavaliação do Glifosato/FT-RG) e a senhora Letícia Rodrigues (especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da ANVISA).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

Audiência Pública. Planos de Saúde. A CDC realiza em 7 de maio, às 14 horas, audiência pública para debater o reajuste dos planos de saúde. Para a audiência, foram convidados os senhores Rogério Scarabel (diretor de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS), Rafael Pedreira Vinhas (gerente geral Regulatório da Estrutura dos Produtos da ANS), Marcos Paulo Novais (economista chefe da Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE) e a senhora Ana Carolina Navarrete Munhoz Fernandes da Cunha (advogada e pesquisadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC).

Já em 8 de maio, a CDC realiza às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Prescrição. Cobrança de Dívida. O Projeto de Lei nº 507/2019 altera o CDC para estabelecer o início do prazo de prescrição relativo à cobrança de dívida do consumidor. O relator do projeto é o deputado Capitão Wagner (PROS-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza em 7 de maio, às 14h30min, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Mineração. Exploração. O Projeto de Lei 5.751/2016 inclui a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão. O relator deste projeto é o deputado Júlio Delgado (PSB-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Juizados Especiais Cíveis. Condomínio Residencial. O Projeto de Lei nº 8.728/2017 altera o Código de Processo Civil, para tratar sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e julgamento de causas de interesse de condomínio residencial. A relatora deste projeto é a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Prazo para Abertura e Encerramento de Empresas. O Projeto de Lei Complementar nº 262/2016 altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para disciplinar o prazo de abertura e encerramento de empresas no País. O relator do projeto é o deputado Marcelo Aro (PHS-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Recuperação Judicial. Produtor Rural. O Projeto de Lei nº 6.279/2013 altera a Lei de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial incluindo disposições para que o produtor rural, no regime jurídico empresarial, possa requerer recuperação judicial. O relator do projeto é o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Viação e Transporte (“CVT”)

Audiência Pública. Política de Preço do Óleo Diesel. A CVT realiza em 8 de maio, às 9h30min, audiência pública para debater as ações do Governo Federal na política de preços do óleo diesel, o Programa Caminhoneiro e a criação do Cartão Caminhoneiro. Para a audiência, foram convidados os senhores Marcelo Sampaio (secretário executivo do Ministério da Infraestrutura), Mario Rodrigues Junior (diretor-geral Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT), Roberto Castello Branco (presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras), Vander Francisco Costa (presidente da Confederação Nacional do Transportes – CNT), José Da Fonseca Lopes (presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros – ABCAM), Jaime Bueno Aguiar (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT), Carlos Alberto Litti Dahmer (secretário de Políticas Sociais e Acessibilidade da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística – CNTTL) e Diumar Bueno (presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos – CNTA).

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (“CCTCI”)

Audiência Pública. Plano de Governo MCTIC. A CCTCI realiza em 8 de maio, às 10 horas, audiência pública para debater os principais programas e projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Para a audiência, foi convidado o senhor Marcos Cesar Pontes (Ministro da Ciência e Tecnologia).

Comissão de Desenvolvimento Urbano (“CDU”)

A CDU realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Alienação Fiduciária em Garantia. O Projeto de Lei nº 6.525/2013 altera a Lei do Sistema de Financiamento Imobiliário, para disciplinar o tratamento da alienação fiduciária em garantia. O relator do projeto é o deputado Toninho Wandscheer (PROS-PR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (“CAPADR”)

A CAPADR realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Concessão de Faixas de Domínio. O Projeto de Lei nº 7.392/2017 altera a Lei da Política Agrícola para autorizar a concessão de uso remunerado sobre faixas de domínio das rodovias federais para implantação de lavouras de culturas anuais. O relator do projeto é o deputado Evandro Roman (PSD-PR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Trabalho, De Administração e Serviço Público (“CTASP”)

A CTASP realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Entidades Sindicais. Participação nos Lucros ou Resultados. O Projeto de Lei nº 3.016/2015 altera norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais. O relator do projeto é o deputado Lucas Vergilio (SOLIDARI-GO). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

Audiência Pública. Reforma da Previdência. A CFT realiza em 8 de maio, às 10 horas, audiência pública para debater a Reforma da Previdência. Para a audiência, foi convidado o senhor Paulo Guedes (Ministro de Estado da Economia).

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Contratos Particulares. O Projeto de Lei nº 8.168/2017 altera o Código de Processo Civil e a Lei de Defesa da Concorrência, para tornar infração da ordem econômica as condutas abusivas em contratos particulares, e tornando ineficazes as cláusulas abusivas de modificação de foro. O relator do projeto é o deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

SENADO FEDERAL

Comissões

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

A CAE realiza em 7 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

ICMS. O Projeto de Lei do Senado nº 151/2016 altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que institui o novo regime do ICMS nas operações interestaduais. O relator do projeto é o senador Jorginho Mello (PR-SC). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Cartão de Crédito. O Projeto de Lei do Senado nº 162/2018 define faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito. O relator do projeto é o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Avaliação de Benefícios Financeiros. O Projeto de Lei do Senado nº 457/2018 cria sistema federal de avaliação dos benefícios financeiros e creditícios e incentivos fiscais tributários concedidos em operações de crédito intermediadas pelo Sistema Financeiro Nacional. O relator do projeto é o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 868/2018 – (“CMMPV 868/2018”)

Saneamento Básico. A CMMPV realiza em 7 de maio, às 14 horas, reunião deliberativa para apreciação do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) na Medida Provisória nº 868/2018, que (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento e (iii) aprimora as condições estruturais do setor.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 869/2018 – (“CMMPV 869/2018”)

Dados Pessoais. A CMMPV realiza em 7 de maio, às 14h30min, reunião deliberativa para apreciação do relatório do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) na Medida Provisória nº 869/2018 que trata da proteção de dados pessoais e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (“CDR”)

Audiência Pública. Venda da Transportadora Associada de Gás. A CDR realiza em 8 de maio, às 9 horas, audiência pública para debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás. Para a audiência, foi convidado o senhor Paulo César Ribeiro Lima (ex-consultor Legislativo da Câmara dos Deputados), a senhora Raquel de Oliveira Sousa (advogada especialista em Petróleo e Gás) e representantes da Federação Única dos Petroleiros, Associação dos Engenheiros da Petrobras, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Petrobras, do setor produtivo das regiões Norte e Nordeste e do setor público das regiões Norte e Nordeste.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (“CCJ”)

A CCJ realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros Públicos. O Projeto de Lei da Câmara nº 99/2017 regula a cobrança e aumenta os valores bases dos emolumentos dos serviços notariais e de registros no Distrito Federal e acrescenta os seguintes encargos adicionais, a serem suportados pelos usuários (i) 10% de taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF, (ii) 7% para a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, gerida pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal e (iii) 5,35% de ISS. A relatora do projeto é a senadora Rose de Freitas (PODE-ES). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. O Projeto de Lei do Senado nº 312/2016 altera a Lei do Colarinho Branco para enquadrar as entidades de previdência complementar à norma legal. O relator do projeto é o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Faixa Não-Edificável. O Projeto de Lei da Câmara nº 26/2018 altera a Lei do Parcelamento Urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos. O relator do projeto é o senador Jorginho Mello (PR-SC). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que interessam ao ambiente empresarial.

NOVOS PROJETOS DE LEI	
Câmara dos Deputados	
Crescimento Econômico	O Projeto de Lei Complementar nº 122/2019 altera a Lei da Reforma Bancária para determinar que o Banco Central do Brasil estabeleça como principal objetivo o crescimento da economia nacional. Leia aqui o avulso da matéria.
Energia, Resíduos Sólidos	O Projeto de Lei nº 2.581/2019 altera a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei de Contribuição Para Programas de Integração Social para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários. Leia aqui o avulso da matéria.
Política Nacional de Redução dos Preços do GLP	O Projeto de Lei nº 2.588/2019 institui a Política Nacional de Redução dos Preços do Gás Liquefeito de Petróleo para uso residencial por consumidores de baixa renda. Leia aqui o avulso da matéria.
Congresso Nacional	
Liberdade Econômica	A Medida Provisória nº 881/2019 institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica que estabelece garantias de livre mercado e análise de impacto regulatório. Leia aqui o avulso da matéria.



EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública nº 13/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a proposta de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF – PBTv, de Televisão Digital – PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – PBFM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária – PRRadCom.

As contribuições poderão ser enviadas até 19 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Consulta Pública nº 15/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a proposta de destinação de faixas de radiofrequências na chamada “banda S”.

As contribuições poderão ser enviadas até 30 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Consulta Pública nº 16/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória.

As contribuições poderão ser enviadas até 17 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Consulta Pública nº 17/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a proposta de alteração da norma que estabelece os requisitos técnicos complementares ao Regulamento sobre a avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação.

As contribuições poderão ser enviadas até 13 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”)

Consulta Pública nº 8/2019 – A ANEEL realiza consulta pública para debater o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para Centrais Geradoras – TUSDg do ciclo tarifário 2019-2020.

As contribuições poderão ser enviadas até 20 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Consulta Pública nº 9/2019 – A ANEEL realiza consulta pública para debater a proposta de alteração (i) dos submódulos 3.1 – Contratos do Ambiente Livre e 8.1 – MCSD Mensal, Trocas Livres e 4% dos Procedimentos de Comercialização e (ii) do submódulo 3.5 – Receita de Venda de CCEAR e criação do submódulo 3.8 – Mecanismo de Venda de Excedentes dos Procedimentos de Comercialização.

As contribuições poderão ser enviadas até 31 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”)

Tomada Pública de Contribuições nº 1/2019 – A ANP realiza tomada pública de contribuições para debater instrumentos regulatórios que venham a possibilitar a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) referentes a eventuais descumprimentos de compromissos de conteúdo local constantes exclusivamente em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

As contribuições poderão ser enviadas até 3 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da tomada pública de contribuições.

Ministério de Minas e Energia (“MME”)

Consulta Pública nº 70/2019 – O MME realiza consulta pública para debater a proposta de Metas Nacionais de Descarbonização da Matriz de Combustíveis no Ciclo 2020-2029.

As contribuições poderão ser enviadas até 30 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Consulta Pública nº 72/2019 – O MME realiza consulta pública para debater os procedimentos e a metodologia a serem empregados pelo Ministério na revisão e cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas solares fotovoltaicas.

As contribuições poderão ser enviadas até 17 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”)

Consulta Pública nº 2/2019 – A SUSEP realiza consulta pública para debater a minuta de resolução que cria o Sistema de Registro Eletrônico das Operações das Sociedades Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização e Resseguradores Locais (SRO).

As contribuições poderão ser enviadas até 18 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre maio e julho de 2019:

Consulta/Audiência Pública	Tema da Consulta/ Discussão	Prazo para Contribuição
ANA ¹		
Audiência Pública nº 1/2019	Debater a minuta de normativo que trata dos procedimentos operacionais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.	2 de junho de 2019
ANATEL ²		
Consulta Pública nº 17/2019	Debater a proposta de alteração da norma que estabelece os requisitos técnicos complementares ao Regulamento sobre a avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação.	13 de maio de 2019
Consulta Pública nº 16/2019	Debater a proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória.	17 de maio de 2019
Consulta Pública nº 13/2019	Debater a proposta de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF – PBTv, de Televisão Digital – PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – PBFM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária – PRRadCom.	19 de maio de 2019

¹ Agência Nacional de Águas (“ANA”).

² Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

Consulta Pública nº 8/2019	Debater a proposta de atualização do rol de opções de projetos que poderão ser estabelecidos como compromissos adicionais, bem como do fator de redução de desigualdades sociais e regionais e de execução de projetos estratégicos, a serem utilizados na celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)	27 de maio de 2019
Consulta Pública nº 15/2019	Debater a proposta de destinação de faixas de radiofrequências na chamada “banda S”.	30 de maio de 2019
Consulta Pública nº 10/2019	Debater a proposta de revisão das destinações e condições de uso das faixas de radiofrequências associados ao Serviço Fixo, em aplicações ponto a ponto.	10 de junho de 2019
Consulta Pública nº 14/2019	Debater a proposta de revisão da regulamentação das faixas de 1427-1518 MHz (Banda L), tendo como sua principal motivação a possibilidade de utilizar a faixa para os sistemas IMT (International Mobile Telecommunications).	26 de junho de 2019
ANEEL³		
Consulta Pública nº 7/2019	Debater a metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicada às Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de 2020.	6 de maio de 2019
Audiência Pública nº 32/2018	Debater a minuta de Resolução Normativa que estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade e à capacidade operativa de Funções Transmissão Conversora – FT Conversora, bem como as minutas dos Submódulos 15.6 e 15.12 dos Procedimentos de Rede.	10 de maio de 2019
Audiência Pública nº 12/2019	Debater a minuta do edital e respectivos anexos do Leilão nº 3/2019, denominado “Leilão A-4 de 2019”, destinado à contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de energia elétrica de fontes hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a biomassa.	10 de maio de 2019
Consulta Pública nº 4/2019	Debater critérios de razoabilidade das estimativas de investimentos de empreendimentos do Ambiente de Contratação Livre, de que trata a Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, para fins de enquadramento Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).	17 de maio de 2019
Consulta Pública nº 5/2019	Debater a regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão de energia elétrica.	20 de maio de 2019

³ Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Consulta Pública nº 8/2019	Debater o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para Centrais Geradoras – TUSDg do ciclo tarifário 2019-2020.	20 de maio de 2019
Audiência Pública nº 14/2019	Debater a Análise de Impacto Regulatório acerca da revisão da Resolução Normativa nº 709/2016, que estabelece disposições relativas ao desenvolvimento de atividades operacionais e de holding pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	24 de maio de 2019
Consulta Pública nº 9/2019	Debater a proposta de alteração (i) dos submódulos 3.1 – Contratos do Ambiente Livre e 8.1 – MCSD Mensal, Trocas Livres e 4% dos Procedimentos de Comercialização e (ii) do submódulo 3.5 – Receita de Venda de CCEAR e criação do submódulo 3.8 – Mecanismo de Venda de Excedentes dos Procedimentos de Comercialização.	31 de maio de 2019
Audiência Pública nº 14/2019	Debater a regulamentação do Decreto nº 9.597/2018, relacionado à implantação da infraestrutura de energia elétrica nas situações de interesse social.	7 de junho de 2019
Audiência Pública nº 13/2019	Debater o processo de reavaliação da Resolução Normativa nº 673/2015, que estabelece os requisitos e procedimentos para obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e respectiva Análise de Impacto Regulatório – AIR.	12 de junho de 2019
ANP⁴		
Consulta Pública nº 10/2019	Debater o pré-edital e a minuta do contrato da 6ª Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção.	6 de maio de 2019
Audiência Pública nº 10/2019	Debater o pré-edital e a minuta do contrato da 6ª Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção.	10 de maio de 2019
Consulta Pública nº 12/2019	Debater minuta de resolução que irá alterar as Resoluções ANP nº 49/2016 e nº 51/2016, que disciplina os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição e de revenda de gás liquefeito de petróleo e a sua regulamentação.	13 de maio de 2019
Audiência Pública nº 12/2019	Debater minuta de resolução que irá alterar as Resoluções ANP nº 49/2016 e nº 51/2016, que disciplina os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição e de revenda de gás liquefeito de petróleo e a sua regulamentação.	15 de maio de 2019

⁴ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

Consulta Pública nº 11/2019	Debater a redação final da resolução que regulamenta as regras que estabelecem as definições, diretrizes e normas para a aplicação de recursos a que se referem às Cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, presentes nos Contratos para Exploração Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como as regras para comprovação das atividades de P,D&I e respectivas despesas realizadas pelas Empresas Petrolíferas em cumprimento às referidas cláusulas contratuais.	23 de maio de 2019
Tomada Pública de Contribuições nº 1/2019	Debater instrumentos regulatórios que venham a possibilitar a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) referentes a eventuais descumprimentos de compromissos de conteúdo local constantes exclusivamente em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural	3 de junho de 2019
Audiência Pública nº 11/2019	Debater a redação final da resolução que regulamenta as regras que estabelecem as definições, diretrizes e normas para a aplicação de recursos a que se referem às Cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, presentes nos Contratos para Exploração Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como as regras para comprovação das atividades de P,D&I e respectivas despesas realizadas pelas Empresas Petrolíferas em cumprimento às referidas cláusulas contratuais.	4 de junho de 2019
ANTAQ⁵		
Audiência Pública nº 3/2019	Debater a proposta de norma que regula a ocupação de áreas portuárias e a exploração de infraestruturas portuárias sob gestão da Administração do Porto, no âmbito dos portos organizados.	14 de maio de 2019
Consulta Pública nº 3/2019	Debater a proposta de norma que regula a ocupação de áreas portuárias e a exploração de infraestruturas portuárias sob gestão da Administração do Porto, no âmbito dos portos organizados.	24 de maio de 2019
ANTT⁶		
Audiência Pública nº 2/2019	Debater as regras gerais, a metodologia e os indicadores dos pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas – PNPM-TRC.	24 de maio de 2019

⁵ Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”).

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

ANVISA ⁷		
Consulta Pública nº 613/2019	Debater a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País e sobre as medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica.	6 de junho de 2019
Consulta Pública nº 633/2019	Debater o registro de produtos biológicos de menor complexidade.	3 de julho de 2019
Consulta Pública nº 632/2019	Debater a proposta de normativo que estabelece os critérios, requisitos e procedimentos para o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos e serviços sujeitos ao regime de vigilância sanitária.	4 de julho de 2019
MAPA ⁸		
Consulta Pública (Produtos Biológicos de Uso Veterinário)	Debater os procedimentos e condições de realização de estudos de estabilidade para o registro ou alterações pós-registro de produtos biológicos de uso veterinário.	24 de junho de 2019
MME ⁹		
Consulta Pública nº 70/2019	Debater a proposta de Metas Nacionais de Descarbonização da Matriz de Combustíveis no Ciclo 2020-2029.	30 de maio de 2019
Consulta Pública nº 72/2019	Debater os procedimentos e a metodologia a serem empregados pelo Ministério na revisão e cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas solares fotovoltaicas.	17 de junho de 2019
SUSEP ¹⁰		
Consulta Pública nº 2/2019	Debater a minuta de resolução que cria o Sistema de Registro Eletrônico das Operações das Sociedades Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização e Resseguradores Locais (SRO).	18 de maio de 2019

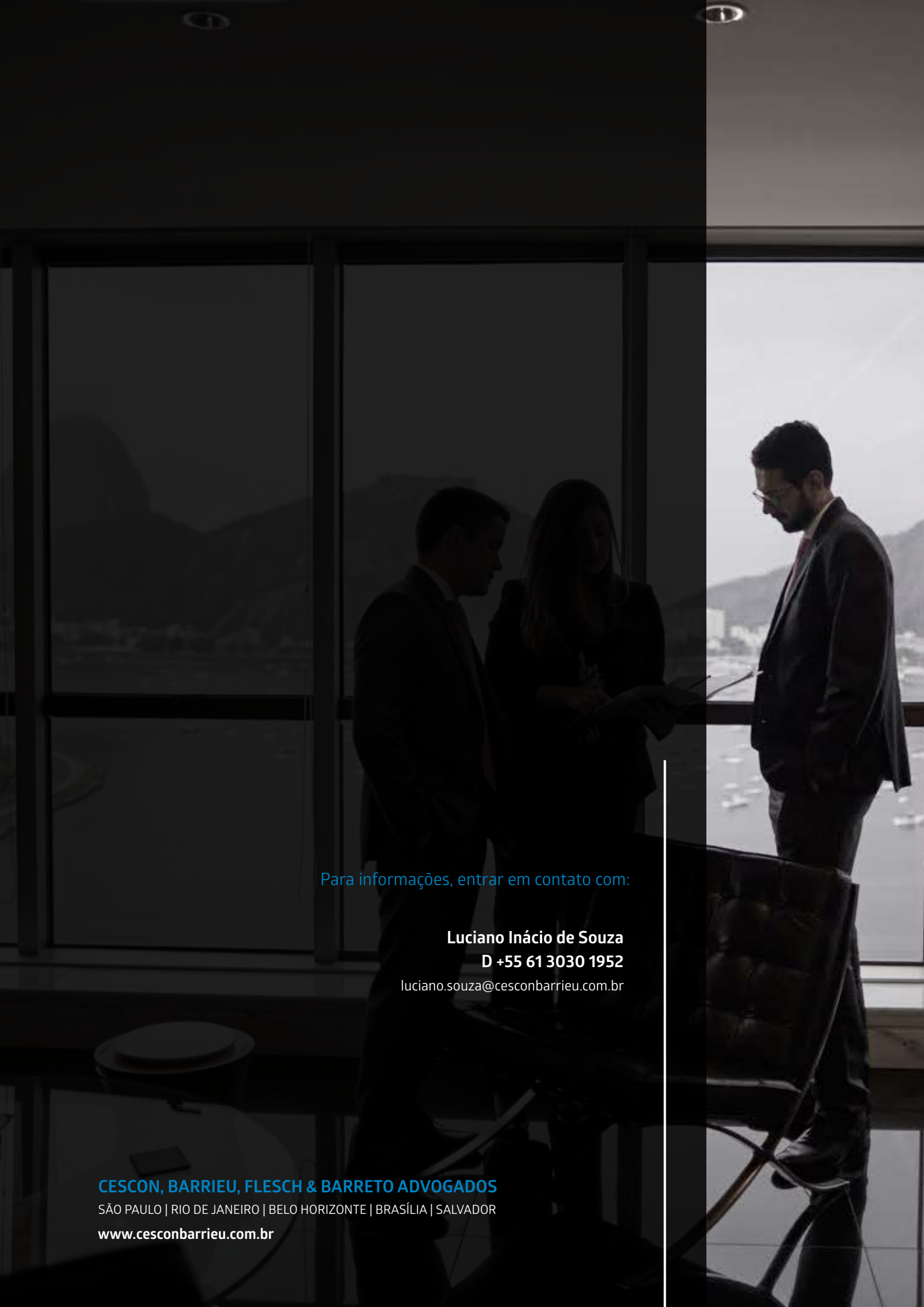
⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

⁸ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA").

⁹ Ministério de Minas e Energia ("MME").

¹⁰ Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal!



Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

www.cesconbarrieu.com.br